# Demonstrações Contábeis Regulatórias

## Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.

Em 31 de dezembro de 2020
com Relatório do Auditor Independente

**Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.**

Demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2020

Índice

Relatório da administração ..... 01
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias ..... 07
Balanço patrimonial ..... 11
Demonstração dos resultados ..... 12
Demonstração dos resultados abrangentes ..... 13
Demonstração das mutações do patrimônio líquido ..... 14
Demonstração dos fluxos de caixa – método indireto ..... 15
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias ..... 16
Termo de responsabilidade ..... 47

# Relatório da Administração

A Administração da Equatorial Transmissora 4 SPE S.A. (“Companhia”), em cumprimento às disposições legais e de acordo com a legislação societária vigente, apresenta a seguir o Relatório da Administração, suas Demonstrações Financeiras, com as respectivas notas explicativas e o relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

## 1. Mensagem do Presidente

2020 foi mais um ano muito desafiador e de grandes avanços dos projetos de Transmissão na Companhia. Concluímos com muito esforço seis dos oito empreendimentos que estavam em andamento, alcançando assim 75% do total da RAP (Receita Anual Permitida).

Refletindo o retorno dos investimentos feitos ao longo dos últimos anos, terminamos o ano com EBITDA Societário de R$ 1,4 Bilhão.

Nossos investimentos atingiram R$ 1,027 Bilhão focados na conclusão das obras, términos de contratos de engenharia, compensações ambientais e negociações fundiárias

Para 2021, mantemos nosso foco na conclusão das duas obras em finalização e constante melhoria da qualidade do serviço prestado e nos resultados dos nossos colaboradores. A eles, dirigimos nossos agradecimentos pelo apoio e confiança, que são estendidos também a todos os nossos acionistas, fornecedores e parceiros.

## 2. Cenário

A Equatorial Transmissora SPE 4 é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) , que tem como controlador final a Equatorial Energia S.A. “EQTL”, que possui 100% do seu capital por meio de controles societários indiretos entre as empresas do grupo ,econômico, a EQTL é uma holding com atuação em todos segmentos do setor elétrico brasileiro (geração, transmissão, distribuição e comercialização). A Equatorial Transmissora 4 SPE S.A., sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Brasília, no Distrito Federal, tem por objetivo explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, de acordo com o Edital do Leilão nº 13/2015-ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) 2ª Etapa-Republicação, consistente na: Linha de Transmissão Igaporã III - Janaúba 3, em 500 kV, circuitos simples, com extensão aproximada de 257 km, com origem na Subestação Igaporã III e término na Subestação Janaúba 3; pela Linha de Transmissão Janaúba 3 - Presidente Juscelino, em 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 337 km, com origem na Subestação Janaúba 3 e término na Subestação Presidente Juscelino; pela SE Janaúba 3 500 kV.

O empreendimento tem grande importância para a sociedade, pois disponibilizará mais energia para a região, proporcionando significativa melhoria no nível de tensão e confiabilidade do sistema elétrico, e na qualidade de vida da população, além de gerar empregos durante a fase de implantação. A linha atravessa 29 municípios dos estados de Minas Gerais e Bahia: Caetité, Candiba, Guanambi, Pindaí, Urandi, Augusto de Lima, Bocaiúva, Buenópolis, Catuti, Engenheiro Navarro, Espinosa, Francisco Sá, Glaucilândia, Gouveia, Janaúba, Joaquim

Felício, Juramento, Mamonas, Mato Verde, Monjolos, Monte Azul, Montes Claros, Nova Porteirinha, Olhos-D'água, Pai Pedro, Porteirinha, Presidente Juscelino, Santo Hipólito e Guaraciama.

Em 31 de dezembro, o investimento total realizado adicionado de uma previsão de conclusão de obra (ressaltamos que as obras físicas já concluídas ainda possuem desembolsos a realizar) totaliza-se em R$1,038 Bilhões ,e sua RAP (Receita Anual de Permitida) totaliza o montante de R$17,5 milhões, atualizado anualmente pelo IPCA, em períodos definidos como ciclos, que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, por meio de resoluções homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Os serviços de construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão e subestação tiveram o benefício fiscal do REIDI (Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura, que concede a suspensão das contribuições PIS (Contribuição para o Programa de Integração Social) e COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) nas aquisições de bens ou serviços para as obras de infraestrutura pelo prazo máximo de 5 (cinco) anos, conforme Ato Declaratório Executivo DRF nº 62 , de 1 de agosto de 2017.

## 3. Relatório de Ações Sociais

A Equatorial Transmissora 4 SPE S.A., no âmbito do licenciamento ambiental foram desenvolvidas diversas ações sociais juntas as comunidades remanescentes quilombolas – CRQ (CRQs. CRQ Bem Viver de Vila Nova dos Poções, em Janaúba (MG); CRQ Poções, em Francisco Sá (MG); CRQ Sítio, CRQ Mocambo e CRQ Borá, em Bocaiúva (MG); e CRQ Caco/Vargem do Rancho/Taboa II e CRQ Boi, em Pindaí (BA)), localizadas ao longo da LT 500kV Igaporã – Presidente Juscelino. As ações vão desde a construção de 7 (sete) sedes de associações, todas equipadas com aparelhos multimídia e infraestrutura básica, uma panificadora com maquinário industrial, um campo de futebol semiprofissional e reforma de um outro campo de futebol, duas cozinhas industriais, uma praça de convivência e uma área de lazer para festividade cultural e apresentações musicais. Além do desenvolvimento de atividades produtivas por meio da troca de saberes entre os conhecimentos da população local e de técnicos especialistas na geração de renda. Foi ofertado suporte para qualificação da mão de obra local e executados cursos de média duração de capacitação em Agroecologia e Manejo de Recursos Hídricos e Florestais, Curso de Economia Solidária, curso de Apicultura, reforma de uma casa de farinha, instalação de sistema de geração de energia solar em uma fábrica de polpas de frutas e instalação de uma mini usina de energia solar.

A população jovem de alguns municípios localizados ao longo da linha, estão sendo comtemplados com cursos de capacitação profissional, através de convênio firmado entre a EQUATORIAL e os SENAI Montes Claros e SENAI de Vitória da Conquista, os cursos de auxiliar administrativo e de recursos humanos,, além de eletricista instalador residencial de baixa tensão, os cursos vão beneficiar vão atender os municípios de Monte Azul-MG, Janaúba-MG, Bocaiuva-MG, Buenópolis-MG, Santo Hipólito-MG, Presidente Juscelino-MG, Guanambi-BA, Urandi-BA e Caetité-BA, para um total de 390 jovens.

Diretrizes:
SUSTENTABILIDADE

Gerar valor compartilhado para a Equatorial Energia e a sociedade. Bem como aprimorar os sistemas de gestão, de modo a promover e garantir a melhoria contínua dos processos, fortalecendo os princípios da sustentabilidade.

INTEGRIDADE

Prevenir e combater a corrupção e fraude em todas as suas formas, em sua esfera de influência. Bem como difundir o Código de Ética e Conduta em toda nossa Cadeia de Valor.

DIREITOS HUMANOS

Conduzir as nossas ações de acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, no que tange nossas atividades e promover a temática em toda nossa cadeia de valor.

MEIO AMBIENTE

Garantir que o Sistema de Gestão Ambiental seja eficiente. Assim como garantir a obediência aos requisitos legais e regulatórios relacionados ao Meio Ambiente do negócio.

ENGAJAMENTO COM AS PARTES INTERESSADAS

Integrar a sustentabilidade com canais de diálogo amplo, transparente, permanente e estruturado com as partes interessadas, respeitando a equidade, a diversidade e a cultura das comunidades onde atuamos, promovendo o desenvolvimento sustentável local com geração de valor compartilhado.

INOVAÇÃO

Promover inovações, revisões e adequações nos negócios com base nos conceitos de sustentabilidade.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

Garantir que um efetivo Investimento Social Privado e evoluir em Indicadores Sociais interna e externamente. Em 2020, em todas as unidades buscamos dialogar com as nossas comunidades de atuação e realizar ações de acordo com as necessidades de cada comunidade.

## 4. Andamento do Projeto

A negociação fundiária foi concluída em março de 2020, e recebemos do IBAMA a Licença de Operação (LO) em novembro de 2019, com validade de 10 (dez) anos (março de 2020).
As obras foram concluídas e energizadas em 05 de novembro de 2020, e desde a presente data já estamos recebendo a RAP (Receita Anual Permitida) disposta no contrato de concessão.

## 5. Captação de Recursos

Para viabilizar o programa de investimentos do ano, a Outorgada captou um total de R$ 910 milhões em recursos de empréstimos e financiamentos de diversas fontes, destacando-se as linhas Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT e do Fundo de Participação PIS/PASEP referente ao contrato com o BNDES.

## 6. Investimentos

Os investimentos em 2020 totalizaram R$277 Milhões, redução de 72% em relação ao ano anterior.
As negociações fundiárias foram concluídas em março de 2020, e recebemos do IBAMA a Licença de Operação (LO) em novembro de 2019, com validade de 10 (dez) anos.
As obras foram concluídas e energizadas em 05 de novembro de 2020, e desde a presente data já estamos recebendo a RAP (Receita Anual Permitida) disposta no contrato de concessão.

## 7. Desempenho Econômico-Financeiro

### Receita líquida

Em relação à Receita Líquida, o total registrado no ano foi de R$37 milhões.

### Custos e despesas operacionais gerenciáveis

Em 2020, o total de custos e despesas gerenciáveis da Companhia, representados pelos custos e despesas com Pessoal, Material, Serviços de Terceiros e Outros – PMSO, excluindo as provisões para contingências, atingiram R$1,1 Milhão.

### EBITDA

Em 2020, o EBITDA Societário atingiu R$36 milhões.

### Resultado financeiro

Em 2020, o resultado financeiro líquido foi negativo em R$ 2,2 milhões.

### Imposto de Renda e Contribuição Social

Em 2020, as despesas de IRPJ e CSLL, incluindo o ativo fiscal diferido de R$16 milhões.

### Lucro líquido

Em 2020, a Equatorial Transmissora 4 SPE S.A apurou Lucro Líquido (LL) de R$ 34 Milhões.

## 8. Endividamento

No fechamento de 2020, o endividamento total consolidado da Companhia, incluindo os encargos, atingiu R$ 911 milhões. Na nossa visão, as dívidas da SPE 04 têm um perfil confortável de vencimentos, sem valores a

vencer em curto prazo e com carência até julho/2022. A Companhia ainda não está sujeito a apuração de dívida liquida por EBITDA até o fim da completion físico financeiro, período no qual são apurados os indicadores de forma consolidada pelo seu avalista e controlador Equatorial Energia.

## 9. Acionistas, gestão e plano empresarial.

Política de reinvestimento e distribuição de dividendos: O estatuto social da Companhia determina a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do estatuto social da companhia. A Companhia também pode pagar dividendos extraordinários, caso sejam aprovados pela Assembleia Geral.
No exercício de 2020, a Companhia registrou dividendos mínimos obrigatórios e dividendos adicionais nos valores de R$ 1.893 e R$ 22.656 respectivamente.
Além disso, a Outorgada constituiu R$ 9.963 mil de reserva legal que representa 5% do lucro líquido societário de R$ 199.264 mil. Ressaltando que a reserva legal é limitada a 20% do capital social.

Composição acionária: O capital social da Companhia, em 31 de dezembro de 2020, subscrito é R$ 213.198 e integralizado é de R$ 209.694 (em 31 de dezembro de 2019, o capital subscrito é de R$ 213.198 e integralizado de R$ 209.694), representado por 213.198 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas em poder da Equatorial Transmissão S.A.

*  *  *

## Diretoria Executiva

Joseph Zwecker Junior
Diretor Presidente

Carla Ferreira Medrado
Diretor

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
Diretor Financeiro / Relação com os Investidores

Tinn Freire Amado
Diretor

Waldênio Pereira De Oliveira
Diretor

Ailton Costa Ferreira
Diretor

Geovane Ximenes de Lira
Contador
CRC PE 012996-O-3 S-MA

Building a better working world

Centro Empresarial Iguatemi
Av. Washington Soares, 55
5º andar - sala 508 - Bairro Cocó
60811-341 - Fortaleza - CE - Brasil
Tel: +55 85 3392-5600
Fax:+55 85 3392-5659
ey.com.br

# Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos
Acionistas e Administradores da
**Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.**
Brasília – Distrito Federal

## Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Equatorial Transmissora 4 SPE S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa no 605, de 11 de março de 2014

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 4.1 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir determinação da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.



Uma empresa-membro da Ernst & Young Global Limited

**Outros assuntos**

*Demonstrações contábeis societárias*

A Equatorial Transmissora 4 SPE S.A. elaborou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 31 de março de 2021.

*Auditoria dos valores correspondentes*

As demonstrações contábeis regulatórias da Equatorial Transmissora 4 SPE S.A. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 07 de agosto de 2020 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis regulatórias.

**Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a administração pretenda

liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 30 de abril de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP015199/O-6

Carlos Santos Mota Filho
Contador CRC PE020728/O-7-T-CE

# Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.

## Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e 2019

*(Em milhares de reais)*

| Ativo | Nota | 31/12/2020 | 31/12/2019 | Passivo | Nota | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Circulante | | | | Circulante | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 6 | **13** | 38 | Fornecedores | 11 | **20.725** | 56.058 |
| Investimentos temporários | 7 | **18.807** | 61.590 | Tributos a recolher | 14 | **2.742** | 3.038 |
| Concessionárias e permissionárias | 8 | **25.089** | - | Dividendos a pagar | | **1.893** | - |
| Tirbutos compensáveis | | **323** | 85 | Encargos setoriais | | **351** | - |
| Outros ativos circulantes | | **1.664** | 125 | Outros passivos circulantes | | **1.652** | 1.216 |
| **Total do ativo circulante** | | **45.896** | 61.838 | **Total do passivo circulante** | | **27.363** | 60.312 |
| Não circulante | | | | Não circulante | | | |
| Tributos compensáveis | | **947** | 877 | Empréstimos, financiamentos e debêntures | 12 | **910.365** | 719.797 |
| Depositos judiciais | | **-** | 6.140 | Tributos a recolher | 14 | **94** | 94 |
| Outros ativos não circulantes | | **263** | 381 | | | | |
| Imobilizado | 9 | **1.099.570** | 894.373 | **Total do passivo não circulante** | | **910.459** | 719.891 |
| Intangível | 10 | **16.615** | 9.809 | | | | |
| | | | | **Patrimônio líquido** | 16 | | |
| **Total do ativo não circulante** | | **1.117.395** | 911.580 | Capital social | | **209.694** | 209.694 |
| | | | | Propostapara distrbuição de dividendos adicionais | | **22.656** | - |
| | | | | Reservas de lucros (prejuízos acumulados) | | **(6.881)** | (16.479) |
| | | | | **Total do patrimônio líquido** | | **225.469** | 193.215 |
| **Total do ativo** | | **1.163.291** | 973.418 | **Total do passivo e patrimônio líquido** | | **1.163.291** | 973.418 |
| | | | | | | - | - |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

## Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.

## Demonstração do resultado

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019**

***(Em milhares de reais)***

| | Notas | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
|---|---|---|---|
| **Receita / Ingresso** | **17** | **39.087** | - |
| Fornecimento de energia elétrica | | **37.854** | - |
| Outras receitas | | **1.233** | - |
| Tributos | | **(1.173)** | - |
| PIS-PASEP | | **(209)** | - |
| Cofins | | **(964)** | - |
| **Encargos - Parcela "A"** | | **(351)** | - |
| Pesquisa e Desenvolvimento - P&D | | **(351)** | - |
| **Receita líquida / Ingresso líquido** | | **37.563** | - |
| **Custos gerenciáveis - Parcela "B"** | 18 | **(1.185)** | (55) |
| Pessoal e administradores | | **(1.130)** | - |
| Depreciação e amortização | | **(55)** | (55) |
| **Resultado da atividade** | | **36.378** | (55) |
| **Resultado financeiro** | 19 | **(2.231)** | (16.024) |
| Despesas financeiras | | **(2.231)** | (16.024) |
| **Resultado antes dos impostos** | | **34.147** | (16.079) |
| Despesa com impostos | | **-** | - |
| Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício | | **34.147** | (16.079) |
| **Lucro (prejuízo) do exercício** | | **34.147** | (16.079) |
| Lucro (prejuízo) por ação básico e diluído - Lucro (prejuízo) do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias - R$ | 16.3 | **0,1602** | (0,0754) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

## Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.

## Demonstração do resultado abrangente

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019**

***(Em milhares de reais)***

| | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
|---|---|---|
| Lucro (prejuízo) do exercício | **34.147** | (16.079) |
| Outros resultados abrangentes | - | - |
| **Total de outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos** | **34.147** | (16.079) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

## Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.

## Demonstração das mutações do patrimônio líquido

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019**

***(Em milhares de reais)***

| | | Reserva de Lucros | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | **Capital social** | **Reserva legal** | **Dividendos adicionais propostos** | **Prejuízos acumulados** | **Total** |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2018** | 102.372 | - | - | (400) | 101.972 |
| Aumento de capital social | 107.322 | - | - | - | 107.322 |
| Lucro societario do exercicio | - | - | - | 244.101 | 244.101 |
| Destinação do lucro; | | | | | |
| Constituição da reserva legal | - | - | - | (12.205) | (12.205) |
| Constituição da reserva de lucros a realizar | - | - | - | (231.896) | (231.896) |
| Diferenças regulatorias do exercicio | - | - | - | (16.079) | (16.079) |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2019** | 209.694 | - | - | (16.479) | 193.215 |
| Lucro do exercício | | | | **34.147** | **34.147** |
| Constituição de reserva legal (nota explicativa nº 16) | **-** | **23.420** | **-** | **(23.420)** | **-** |
| Constituição de dividendos mínimos obrigatórios | **-** | **-** | **-** | **(1.893)** | **(1.893)** |
| Constituição de dividendos adicionais propostos | **-** | **-** | **22.656** | **(22.656)** | **-** |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2020** | **209.694** | **23.420** | **22.656** | **(30.301)** | **225.469** |
| | - | | | | |
| | | | | | - |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias. -

## Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.

## Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019**

***(Em milhares de Reais)***

| | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
|---|---|---|
| **Lucro (prejuízo) do exercício** | **34.147** | (16.079) |
| **Despesas (receitas) que não afetam o caixa** | | |
| Amortização do intangível | **55** | 89 |
| | **34.202** | (15.990) |
| **Variações nas contas do ativo e passivo circulante e não circulante** | | |
| Concessionárias e permissionárias | **(25.089)** | - |
| Tributos compensáveis | **(308)** | (515) |
| Outros créditos a receber | **(1.421)** | 496 |
| Depositos judiciais | **6.140** | (1.561) |
| Fornecedores | **(35.333)** | - |
| Tributos a recolher | **(296)** | 1.570 |
| Encargos setoriais | **351** | - |
| Partes relacionadas | **-** | (3.328) |
| Outras contas a pagar | **436** | 299 |
| **Caixa (utilizado nas) proveniente das atividades operacionais** | **(55.520)** | (3.039) |
| Pagamento de juros | **-** | - |
| **Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) gerado nas atividades operacionais** | **(21.318)** | (19.029) |
| **Atividades de investimentos** | | |
| Aquisições no ativo imobilizado | **(128.822)** | (728.096) |
| Aquisições no ativo intangível | **(6.861)** | (98) |
| Resgate de aplicações financeiras comprometidas com atividades de investimento | **42.783** | (57.333) |
| **Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos** | **(92.900)** | (785.527) |
| **Fluxo de caixa de atividades de financiamento** | | |
| Recurso destinado para aumento de capital | **-** | 107.322 |
| Ingresso de empréstimos e financiamentos | **114.193** | 696.772 |
| **Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos** | **114.193** | 804.094 |
| **Redução no caixa e equivalentes de caixa** | **(25)** | (462) |
| **Demonstração do aumento (redução) no caixa e equivalentes a caixa** | | |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | **38** | 500 |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício | **13** | 38 |
| **Redução no caixa e equivalentes de caixa** | **(25)** | (462) |
| | **-** | - |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

# 1 Contexto operacional

A Equatorial Transmissora 4 SPE S.A., sociedade anônima de capital fechado, constituída em 17 de novembro de 2016, com sede na cidade de Brasília, no Distrito Federal, tem por objetivo explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, de acordo com o Edital do Leilão nº 13/2015-ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) 2ª Etapa-Republicação, consistente na: (a) ) Linha de Transmissão Janaúba 3 - Igaporã III, em 500 kV, com extensão aproximada de 257 quilômetros; (b) Linha de Transmissão Janaúba 3 - Presidente Juscelino, em 500 kV, com extensão aproximada de 337 quilômetros; e (c) Subestação Janaúba 3.500 kV. A Companhia entrou parcialmente em operação comercial (50,6%) em 31 de outubro de 2020, através do Termo de Liberação Definitivo – TLD emitido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS.

Assim, no ciclo 2019-2020, o investimento total estimado pela ANEEL é de R$ 1.038.404 (*) milhões, e a RAP (Receita Anual de Permitida) da Companhia é de R$ 210.127 (*) milhões (valores de jul/2020), atualizado anualmente pelo IPCA, por meio de resoluções homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

| Instalações | RAP (R$) | % do Contrato de Concessão | Entrada em Operação Comercial | Prazo regulatório | Antecipação (meses) |
|---|---|---|---|---|---|
| LT 500kV Igaporã 3 - Janaúba 3 e SE Janaúba 3 | R$ 106.295.381,52 | 50,6% | 31/10/2020 | 09/02/2022 | 16 |

(*) não auditado

## 1.1 Impactos da COVID-19

Em março de 2020, foi declarada pela OMS a pandemia da Covid-19. Desde então, a Companhia tem acompanhado a propagação do vírus no Brasil e no mundo e seus impactos na economia. Em decorrência dessa pandemia, a Companhia que possui empreendimentos em implantação identificou as seguintes dificuldades:

- Redução das equipes de campo devido aos procedimentos de isolamento social;
- Decretos municipais e estaduais que impedem a circulação de pessoas e restringe a circulação de veículos em algumas rodovias;
- Notificação por prefeituras municipais obrigando a paralisação completamente das atividades de campo;
- Ausência de locais para hospedagem de equipes;
- Não cumprimento de prazos de entregas de materiais, equipamentos e serviços por parte dos fornecedores;
- Deslocamento/transporte de materiais e equipamentos devido a restrições de passagem impostas em algumas rodovias;
- Realização de comissionamentos de instalações, os quais muitas vezes dependem da presença de técnicos vindos de outros estados da federação e até de outros países;
- Realização do planejamento da entrada em operação comercial de instalações devido aos técnicos do ONS responsáveis pelo processo estarem em teletrabalho; e
- Realização de manutenções programadas e de urgência devido às restrições de acesso nas subestações e deslocamento/transporte de materiais.

Tendo em vista que um dos efeitos da pandemia no setor elétrico diz respeito à redução de consumo (tanto de distribuidoras como de consumidores livres), em 20 de abril de 2020, a

ANEEL, por meio do Despacho nº 1.106/2020, determinou desconto nos Encargos de Uso do Sistema de Transmissão de Rede Básica – EUST-RB do segmento de consumo dos Usuários do Sistema de Transmissão para os meses de abril, maio e junho de 2020 que, consequentemente, diminuiu a arrecadação das concessionárias de transmissão durante esse exercício . No entanto, não há efeitos econômicos para as concessionárias de transmissão, pois no início do Ciclo 2019-2020 houve elevada arrecadação e no ciclo 2020-2021 está previsto que esse superávit/déficit de arrecadação será devolvido/ressarcido, respectivamente, como Parcela de Ajuste.

Além dessa medida, a ANEEL publicou a Resolução Autorizativa nº 8.926/2020, autorizando a postergação em 04 (quatro) meses dos prazos de entrada em operação comercial dos empreendimentos de transmissão de energia elétrica listadas como prioritárias, empreendimentos de transmissão destinados à conexão de acessantes, objeto de Contrato de Conexão a Instalações de Transmissão – CCT, desde que previamente acordado entre as partes do contrato, e suspensão dos processos autorizativos de reforços e melhorias até nova avaliação dos efeitos da pandemia da COVID-19, com exceção das obras prioritárias determinadas pelo ONS. Essa postergação não afeta os empreendimentos da Companhia por serem listados como prioritários devido à importância sistêmica.

A Companhia continuará monitorando a evolução da situação e seus impactos e por ser uma empresa regulada tem o seu equilíbrio econômico e financeiro garantido no contrato de concessão.

A Companhia tomou diversas medidas de prevenção para seus colaboradores, evitando que se exponham a situações de risco, como através do cancelamento de viagens nacionais e internacionais, adoção de *home office* e rodízio de colaboradores para evitar aglomerações, utilizações de meios de atendimento remotos, dentre outras. A Companhia continuará atendendo às orientações dos órgãos competentes e poderá adotar novas medidas preventivas, com foco na segurança de seus colaboradores.

Vale relembrar que a presente situação não se restringe à Companhia, mas afeta todo o setor de energia elétrica. Situações similares já foram vivenciadas (racionamento de 2001 e 2002, e efeitos da MP nº 579/2012) no passado, e ensejaram a construção de soluções sistêmicas, que preservaram o equilíbrio econômico e financeiro do setor como um todo.  Assim, além do mecanismo individual de reequilíbrio, é natural que se tenha uma solução sistêmica, capitaneada pelo Governo Federal.

Na gestão de empréstimos, a Companhia revisou o processo de refinanciamento e substituição das dívidas de curto prazo, que irão gerar os recursos financeiros suficientes para fazer frente ao restante dos compromissos financeiros e reequilíbrio do capital circulante líquido, factíveis e prontamente executáveis para financiar seu plano de investimentos em 2020.

# 2 Contrato de concessão de transmissão de energia elétrica

Conforme Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 020/2017-ANEEL, assinado em 10 de fevereiro de 2017, celebrado entre a União (Poder Concedente) e a Equatorial Transmissora 4 SPE S.A., o prazo de concessão é de 30 (trinta) anos, com vencimento em 9 de fevereiro de 2047, podendo ser renovado por igual período.

## 2.1 Benefícios fiscais

A Companhia obteve habilitação ao REIDI (Regime Especial de Incentivos Para o Desenvolvimento da Infraestrutura - instituído pela Lei nº 11.488/2007), que concede o benefício fiscal de suspensão das contribuições PIS (Contribuição para o Programa de Integração Social) e COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) nas aquisições de bens ou serviços para as obras de infraestrutura pelo prazo de 5 (cinco) anos, conforme ato declaratório executivo DRF nº 62, de 01 de agosto de 2017.

Adicionalmente, a companhia obteve junto à Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) o direito a redução de 75% do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), por meio da Resolução nº. 367/2018 cuja fruição do benefício está condicionada à entrada e operação do empreendimento, e apresentação à SUDENE dos documentos exigidos na legislação para fins de obtenção de Laudo Constitutivo.

## 2.2 Licenças Ambientais

### Licença de operação

A Companhia conta com a licença de operação 1598/2020 emitida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), vigentes a partir de sua assinatura (25/11/2020), com validade pelo período de dez anos que autorizam o empreendimento LT 500 kV Igaporã III - Janaúba 3 C1; LT 500 kV Janaúba 3 - Presidente Juscelino C1.

### Licença de instalação

Atualmente a Companhia conta com a licença de instalação nº 1254/2018, que autoriza a implantação da linha de transmissão de 500kv Igaporã III – Presidente Juscelino. Essa licença tem validade de quatro anos a partir da data de sua assinatura em dezembro de 2018.

**Supressão de vegetação**

Toda e qualquer retirada de vegetação nativa está condicionada à obtenção de alguma autorização, dos órgãos fiscalizadores do meio ambiente. A autorização nº 1598/2020 concedida pela Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), permite a supressão de vegetação para a ampliação da subestação Igaporã III e a implantação da linha de transmissão 500KV Igaporã III - Presidente Juscelino, a ser instalada nos estados de Minas Gerais e Bahia.

# 3 Setor elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia ("MME"), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

A transmissão de energia elétrica a ser disponibilizada pela Companhia é efetuada de acordo com o previsto nas cláusulas de seus contratos de concessão de transmissão.

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a TUST - Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário procederá durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data da assinatura do contrato de concessão.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada rede básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta rede básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

# 4 Base de preparação e apresentação das demonstrações contabeis regulatórias  regulatórias

## 4.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) por meio da Resolução Normativa nº 605 em 11 de março de 2014 e orientações do Despacho nº 3.371 de 22 de dezembro de 2016 da ANEEL.

As demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações contábeis estatutárias societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. A nota explicativa 17 apresenta uma reconciliação entre

as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as práticas contábeis regulatórias, para melhor entendimento do leitor.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão dessas demonstrações contábeis regulatórias foi autorizada pela Administração da Companhia em 29 de abril de 2021.

## 4.2 Base de mensuração

As demonstrações contabeis regulatórias  da Companhia foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos por meio de resultado, quando requerido nas normas.

## 4.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contabeis regulatórias  da Companhia são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as demonstrações contabeis regulatórias  apresentadas em Real foram arredondadas para milhares, exceto quando indicado de outra forma.

## 4.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contabeis regulatórias , a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

### 4.4.1 Julgamentos e incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre julgamentos e incertezas sobre premissas estimativas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contabeis regulatórias  em 31 de dezembro de 2020 estão incluídas nas seguintes notas explicativas.

**Nota explicativa nº 20 Instrumentos financeiros** - Definição do valor justo por meio de técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado, para ativos e passivos financeiros não obtidos em mercados ativos.

### 4.4.2 Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de

mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro, quando houver.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2:** técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e
- **Nível 3:** técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contabeis regulatórias  em que ocorreram as mudanças, quando aplicável.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 21 - Instrumentos financeiros.

# 5 Principais práticas contábeis regulatórias

As políticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas demonstrações contabeis regulatórias  apresentadas na nota explicativa nº 4 emitidas em 24 de março de 2021, exceto ao CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, CPC 48 – Instrumentos Financeiros e quanto ao que se estabelece abaixo:

## 5.1 Imobilizado em serviço

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução nº. 674 de 11 de agosto de 2015 vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da concessão. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

## 5.2 Imobilizado em curso

Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Companhia agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, a Companhia tem incluído parte dos custos suporte, são os custos acessórios e auxiliares necessários a realização das obras, alocados inicialmente nas estrutururas organizacionais relacionadas diretamente com investimentos (superintendências, departamentos, divisões, gerências, etc.) representadas por um coletor de custos. Essas estruturas são necessárias as etapas de formação dos ativos e devem estar vinculados as atividades de projeto, gerenciamento, montagem e fiscalização, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros.

## 5.3 Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

### 5.4 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medida pelo valor da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional referente a transmissão de energia é reconhecida quando o ONS apura/reconhece os valores que a Companhia tem o direito de faturar dos demais agentes do setor de energia elétrica, conforme previsto em contrato de prestação de serviços entre o Poder Concedente e a Outorgada.

## 6 Caixa e equivalentes de caixa

| | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
|---|---|---|
| Depósitos bancários à vista | **13** | 38 |

## 7 Investimentos temporários

| **Circulante** | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
|---|---|---|
| Aplicação Direta (CDB) | **418** | 474 |
| Fundo de Investimento (Exclusivo) | | |
| Operações Compromissadas | **-** | 27.939 |
| Cotas de Fundos de Investimento | **18.630** | 19.432 |
| Títulos Públicos | - | 14.061 |
| Cheques não compensados | **(241)** | (316) |
| Total fundo de investimento | **18.389** | 61.116 |
| **Total** | **18.807** | 61.590 |

Os fundos de investimentos, que representam operações de baixo risco em instituições financeiras de primeira linha e são compostos por diversos ativos, conforme demonstrado acima, visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, de acordo com a política de investimento da Companhia.

Adicionalmente, a carteira de aplicações contém fundos exclusivos que são investimentos em cotas (FIC), administrados por instituições financeiras responsáveis por alocar os recursos em cotas de diversos fundos abertos. Logo, a Companhia não possui gestão e controle direto, tampouco participação relevante nesses fundos abertos (limite máximo de 10% do PL).

A carteira global é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), logo, a rentabilidade média ponderada acumulada ano da carteira em 31 de dezembro de 2020 equivale a 90,89% do CDI (em 31 de dezembro de 2019 equivalia a 98,44% do CDI)

## 8 Concessionárias e permissionárias

Após sua entrada em operação, a Companhia passa a constituir um contas a receber, registrado mensalmente através da Receita Anual Permitida (RAP), que será recebida durante o prazo definido no contrato de concessão.

| | Valores correntes | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Corrente a vencer | Corrente vencida | | |
| **Descrição** | **Até 60 dias** | **Até 90 dias** | **Total 2020** | **Total 2019** |
| **Encargos de Uso da Rede Elétrica** | **24.971** | **118** | **25.089** | **-** |
| **Total** | **24.971** | **118** | **25.089** | **-** |

# 9 Imobilizado

A composição do imobilizado é como segue:

| Ativo Imobilizado em Curso | Valor Bruto em 2019 | Adições (A) | Transfe-rências (B) | Valor Bruto em 2020 | Adições Líquidas = (A)+(B) | Valor Líquido em 2020 | Valor Líquido em 2019 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Transmissão** | 894.373 | **205.197** | **-** | **1.099.570** | **205.197** | **1.099.570** | 894.373 |
| Máquinas e Equipamentos | 819.098 | **144.554** | **125.122** | **1.088.774** | **269.676** | **1.088.774** | 819.098 |
| Terrenos | 151 | **-** | **-** | **151** | **-** | **151** | 151 |
| Edificações, Obras Civis e Benfeitorias | 1.707 | **43** | **-** | **1.750** | **43** | **1.750** | 1.707 |
| Veículos | 112 | **664** | **-** | **776** | **664** | **776** | 112 |
| Adiantamentos a fornecedores | 73.305 | **59.936** | **(125.122)** | **8.119** | **(65.186)** | **8.119** | 73.305 |
| Obrigações especiais | - | | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** |
| **Subtotal** | 894.373 | **205.197** | **-** | **1.099.570** | **205.197** | **1.099.570** | 894.373 |
| **Total do Ativo Imobilizado** | 894.373 | **205.197** | **-** | **1.099.570** | **205.197** | **1.099.570** | 894.373 |

A composição das adições do exercício por tipo de gasto capitalizado, é como segue:

| Adições do ativo imobilizado em curso | Material / equipa-mentos | Serviços de terceiros | Mão de obra própria | Juros capitali-zados | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| Edificações, obras civis e benfeitorias | **-** | **43** | **-** | **-** | **43** |
| Máquinas e equipamentos | **88.706** | **98.795** | **6.825** | **75.350** | **269.676** |
| Móveis e utensílios | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** |
| Veículos | **664** | **-** | **-** | **-** | **664** |
| Adiantamentos a fornecedores | **(40.071)** | **(25.115)** | **-** | **-** | **(65.186)** |
| **Total das adições** | **49.299** | **73.723** | **6.825** | **75.350** | **205.197** |

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto no 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

# 10 Intangível

A composição do intangível é como segue:

| Intangível | Valor Bruto em 2019 | Adições | Amortização Acum. | Valor Líquido em 2020 | Valor Líquido em 2019 |
|---|---|---|---|---|---|
| **Ativo Intangível em Curso** | | | | | |
| **Transmissão** | **9.809** | **6.861** | **(55)** | **16.615** | 9.809 |
| Servidões | **8.137** | **6.857** | **-** | **14.994** | 8.137 |
| Softwares | **92** | **4** | **-** | **96** | 92 |
| Outros | **1.580** | **-** | **(55)** | **1.525** | 1.580 |
| **Subtotal** | **9.809** | **6.861** | **(55)** | **16.615** | 9.809 |
| **Total do Ativo Intangível** | **9.809** | **6.861** | **(55)** | **16.615** | 9.809 |

(*) A Taxa de amortização é de 3,33% a.a.

# 11 Fornecedores

| | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
|---|---|---|
| Materiais | **14.691** | 15.309 |
| Serviços | **2.945** | 37.882 |
| Materiais com serviços | **2.495** | 2.404 |
| Cauções | **594** | 463 |
| Total | **20.725** | 56.058 |

Referem-se aos materiais, equipamentos e serviços contratados para construção de instalações de transmissão. Em 31 de dezembro de 2020, o prazo médio de pagamento de fornecedores é de 19 dias (16 dias em 31 dezembro 2019).

# 12 Empréstimos, financiamentos e debêntures

## Abertura do endividamento

| Instituição / Linha credora | Principal + Juros LP | Saldo Total | Adim-plente? | Data Captação / Repactuação | Tipo de Garantia | Indexador ou Juros | Spread % a.a. | Data Próximo Pgto Juros | Freqüência Pgto Juros | Data Próxima Amortização | Vencimento Final | Freqüência de Amortiz. | Sistemática Amortização | Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo 2022 | 2023 | 2024 | 2024+ | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Financ. / Emprést. Moeda Nacional** | **910.365** | **910.365** | | | | | | | | | | | | **12.384** | **35.521** | **36.223** | **826.238** | **910.365** |
| BNDES - Subcredito A | 456.292 | 456.292 | Sim | abr-19 | Outro, especificar em obs. | IPCA | 5,32% | 15/08/2022 | Mensal | ago-22 | dez-42 | Mensal | Outro, especif. no cronograma | 9.313 | 22.349 | 22.349 | 402.281 | **456.292** |
| BNDES - Subcredito B | 456.292 | 456.292 | Sim | abr-19 | Outro, especificar em obs. | IPCA | 5,32% | 15/08/2022 | Mensal | ago-22 | dez-42 | Mensal | Outro, especif. no cronograma | 5.290 | 13.172 | 13.874 | 423.956 | **456.292** |
| CCAP - BNDES | (2.219) | (2.219) | sim | dez-20 | Não há | Pré | 0,00% | | | jan-21 | dez-42 | Mensal | | (2.219) | - | - | - | **(2.219)** |

Em 31 de dezembro de 2020, os valores em empréstimos e financiamentos possuem um custo médio de 9,86% a.a., equivalente a 357,5% do CDI (8,79% a.a., equivalente a 147,5% do CDI, em 31 de dezembro de 2019).

Houve renegociação de carência com a instituição financeira para pagamento das obrigações com encargos financeiros a partir de 2021. Além disso, conforme resolução no 4.798 de 06 de abril de 2020, referente aos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), houve suspensão por até 12 meses das parcelas vencidas e vincendas até o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2020, que foram impactos em decorrência do estado de calamidade pública da Covid-19.

### Mutação dos empréstimos e financiamentos

| | Passivo não circulante | Total |
|---|---|---|
| Saldos em 31 de dezembro 2019 | 719.797 | 719.797 |
| Ingressos (a) | **114.200** | **114.200** |
| Encargos | **42.695** | **42.695** |
| Variação monetária | **33.680** | **33.680** |
| Custo de captação | **(7)** | **(7)** |
| Saldos em 31 de dezembro de 2020 | **910.365** | **910.365** |

| | Passivo não circulante | Total |
|---|---|---|
| Saldos em 31 de dezembro de 2018 | - | - |
| Ingressos | 698.984 | 698.984 |
| Encargos | 17.651 | 17.651 |
| Pagamentos de juros | 5.374 | 5.374 |
| Custo de captação | (2.212) | (2.212) |
| Saldos em 31 de dezembro 2019 | 719.797 | 719.797 |

(a) Durante o exercício corrente houve uma liberação em 30 de março no valor de R$ 78.000, em 23 de julho no valor de R$ 26.700 e em 16 de novembro no valor de R$ 9.500, referente ao contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, cujo recurso será destinado à realização dos investimentos da Companhia, com custo de IPCA + spread de 5,32% a.a., e vencimento final em dezembro de 2042.

## 12.1 *Covenants*

Os empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia possuem garantias financeiras (real e fidejussórias para mais detalhes, vide Nota 15 – Partes relacionadas) e *covenants* (apresentado pelo seu avalista e controlador final, Equatorial Energia S.A.) cujo não cumprimento durante o exercício de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Equatorial Energia S.A. cumpriu todas as obrigações e dentro dos limites estipulados nos contratos.

### Composição do endividamento e dívida líquida

| Resumo | Juros de Curto Prazo | Principal Curto Prazo | Principal + Juros LP | Total 2020 |
|---|---|---|---|---|
| **(+) Dívida Bruta** | **-** | **-** | **910.365** | **910.365** |
| Financ. / Emprést. Moeda Nacional | **-** | **-** | **910.365** | **910.365** |
| **(-) Ativos Financeiros** | **(431)** | **(18.389)** | **-** | **(18.820)** |
| Alta Liquidez | **(431)** | **(18.389)** | **-** | **(18.820)** |
| **(+) Dívida Líquida I** | **(431)** | **(18.389)** | **910.365** | **891.545** |

# 13 Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui os seguintes saldos e transações com partes relacionadas:

| | 2020 | | 2019 | |
|---|---|---|---|---|
| **Contas a receber (a)** | **Ativo (passivo) (a)** | **Efeito no resultado receita (despesa)** | **Ativo (passivo) (a)** | **Efeito no resultado receita (despesa)** |
| Equatorial Distribuidora de Energia do Maranhão S.A. | **226** | **894** | - | - |
| Equatorial Distribuidora de Energia do Pará S.A. | **460** | **679** | - | - |
| Equatorial Distribuidora de Energia do Alagoas S.A. | **239** | **354** | - | - |
| Equatorial Distribuidora de Energia do Piauí S.A. | **146** | **215** | - | - |
| **Total** | **1.071** | **2.142** | - | - |
| **Outros créditos a receber** | | | | |
| Equatorial Distribuidora de Energia do Maranhão S.A. | **2** | **1** | - | - |
| Equatorial Transmissão S.A. | **316** | **443** | - | - |
| **Total** | **319** | **444** | - | - |
| **Outras contas a pagar (b)** | | | | |
| Equatorial Distribuidora de Energia do Maranhão S.A. | **(132)** | **(77)** | (116) | (218) |
| Equatorial Distribuidora de Energia do Pará S.A. | **(52)** | **(3)** | (59) | (8) |
| Equatorial Distribuidora de Energia do Alagoas S.A. | **(24)** | **-** | - | - |
| Equatorial Distribuidora de Energia do Piauí S.A. | **(45)** | - | - | - |
| Equatorial Transmissão S.A. | **(1.196)** | **(363)** | (833) | (2.294) |
| **Total** | **(1.450)** | **(443)** | (1.008) | (2.520) |
| **Dividendos a pagar** | | | | |
| Equatorial Transmissão S.A. | **(1.893)** | - | - | - |
| | **(1.893)** | - | - | - |

(a) O saldo é referente aos valores que a transmissora tem a receber das distribuidoras pela utilização das linhas de transmissão (detalhado na nota explicativa nº7).

(b) O contrato de compartilhamento, decorre de reembolso do compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial, de informática e telecomunicações e, compartilhamento de recursos humanos, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução Normativa da ANEEL nº 699/2016. De acordo com a Nota Técnica no 15/2018–SFF/ANEEL, processo nº 48500.000377/2018-91, as despesas liquidas para a Companhia estão limitadas ao montante de R$ 82.962 ao ano, por um período de 60 meses. O contrato em questão se estabelece em três critérios objetivos de rateio: critério corporativo, critério distribuição e critério transmissão. Os custos totais dos critérios mencionados são rateados de acordo com as fórmulas previstas no contrato de compartilhamento.

## Remuneração das pessoas chave da administração

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o pessoal-chave da Administração conta com seis membros na Diretoria Executiva.

Conforme a ata da Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 30 de abril de 2020, a remuneração global anual para os administradores foi fixada em até R$ 150. Atualmente a remuneração dos administradores da Companhia é realizada pela sua controladora (Equatorial Transmissão S.A.).

Os diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros com a Companhia, além dos seus serviços normais.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia não possui para suas pessoas chave da Administração remuneração na categoria de benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

**Garantias**

A Equatorial Energia S.A., parte relacionada da Companhia, presta garantia como avalista ou fiadora da Companhia sem ônus nos contratos de financiamentos abaixo listados:

| Instituição | Valor do financiamento | % do aval | Início | Término | Valor liberado | Valor atualizado em 31/12/2020 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| BNDES – Subcrédito A | **411.280** | **100** | **10/05/2019** | **15/12/2042** | **406.592** | **456.292** |
| BNDES – Subcrédito B | **411.280** | **100** | **10/05/2019** | **15/12/2042** | **406.592** | **456.292** |
| | **822.560** | | | | **813.184** | **912.584** |

# 14 Tributos a recolher

| | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
|---|---|---|
| Imposto de renda | **6** | - |
| Contribuição social | **5** | - |
| PIS/COFINS | **1.129** | 18 |
| ISS | **1.389** | 2.417 |
| Outros | **213** | 603 |
| Total circulante | **2.742** | 3.038 |
| | | |
| Outros | **94** | 94 |
| Total não circulante | **94** | 94 |
| | | |
| **Total** | **2.836** | 3.132 |

# 15 Provisão para litígios

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, não julgou necessário constituir provisão, considerando que não há perdas prováveis estimadas com as ações processuais em curso.

Não existem outras contingências passivas envolvendo questões tributárias, cíveis e trabalhistas avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível.

# 16 Patrimônio líquido

## 16.1 Capital social

A Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira da Agência Nacional de Energia Elétrica, por meio do despacho nº 3.592, de 26 de outubro de 2017, anuiu a transferência de controle acionário direto da Companhia, que aprovou a conferência da totalidade das ações da Companhia para Equatorial Transmissão S.A. Dessa forma, em 1 de fevereiro de 2018, a Companhia passou a ser controlada diretamente pela Equatorial Transmissão S.A. (Em 31 de dezembro de 2017, controlada integralmente pela Equatorial Energia S.A.).

O capital social da Companhia subscrito é de R$ 213.199, e totalmente integralizado é de R$ 209.694 (Em 31 de dezembro de 2019, o capital social da Companhia subscrito é de R$ 213.199, e totalmente integralizado é de R$ 209.694).

| | Número de ações em milhares em 2020 | | | |
|---|---|---|---|---|
| **Acionistas** | **Ordinárias** | **%** | **Total** | **%** |
| Equatorial Tranmissão S.A. | 213.198.792 | 100% | 213.198.792 | 100% |

Em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019 o capital está representado por 213.198.792 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações da Assembleia Geral da Companhia.

## 16.2 Reserva de lucros

| | 2020 |
|---|---|
| **Reseva legal (a)** | **23.420** |
| **Dividendos adicionais (b)** | **22.656** |
| **Prejuízos acumulados** | **(30.301)** |
| | **15.775** |

### *a.* Reserva de legal

É constituída à base de 5% do lucro líquido antes das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio, conforme determina a legislação societária, definido pelo Conselho de Administração, e limitada a 20% do capital social. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. . Conforme a orientação do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), valor da reserva legal deverá ser calculado tomando-se como base o resultado societário.

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo dessa reserva monta R$ 23.420.

### *b.* Dividendos adicionais

Essa reserva destina-se a registrar a parcela dos dividendos que excede ao previsto legal ou estatutariamente, até a deliberação definitiva pelos sócios em assembleia. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo desta reserva é de R$ 22.656.

## 16.3 Lucro por ação

Conforme requerido pelo CPC 41 - Resultado por Ação, a tabela a seguir concilia o lucro líquido do exercício com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

| | 2020 | 2019 |
|---|---|---|
| Numerador | | |
| Lucro líquido do exercício | **34.147** | (16.079) |
| Denominador | | |
| Média ponderada de ações no cálculo do lucro por ação | **213.199** | 213.199 |
| Lucro líquido do exercício, básico e diluído, por lote de mil ações - R$ | **0,1602** | (0,0754) |

# 17 Receita operacional líquida

| | 2020 | 2019 |
|---|---|---|
| Disponibilização do sistema de transmissão | **37.854** | - |
| Outras receitas vinculadas | **1.233** | - |
| **Receita operacional bruta** | **39.087** | - |
| **Tributos** | | |
| PIS | **(209)** | - |
| COFINS | **(964)** | |
| Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) | **(351)** | - |
| | | - |
| **Total das deduções da receita** | **(1.524)** | - |
| **Receita operacional líquida** | **37.563** | - |

| **Pessoal e Administradores (a)** | 2020 | 2019 |
|---|---|---|
| **Pessoal** | **(292)** | - |
| Remuneração | **(292)** | - |
| **Administradores** | **(838)** | - |
| Remuneração | **(838)** | - |
| **Total** | **(1.130)** | |

(a) Em 2020, a Companhia passou a reconhecer custos com Pessoal e Administradores em decorrência da entrada em operação comercial. No ano anterior, os custos eram capitalizados.

# 18 Custos gerenciáveis – Parcela "B"

| **Custos gerenciáveis – Parcela "B"** | 2020 | 2019 |
|---|---|---|
| Pessoal e administradores | **(1.130)** | - |
| Depreciação e amortização | **(55)** | (55) |
| **Total** | **(1.185)** | (55) |

# 19 Demonstração do resultado do exercício segregado por atividade

Em atendimento às instruções e orientações da ANEEL, apresentamos a Demonstração do Resultado do Exercício Segregado por atividade e simplificada - até a rubrica de Resultado da Atividade - de 31 de dezembro de 2020, das Unidades de Negócio: Transmissão (T).

| | Transmissão | Total |
|---|---|---|
| **Receita líquida** | **37.563** | - |
| **Custos gerenciáveis - Parcela "B"** | | |
| Pessoal e administradores | **(1.130)** | - |
| Depreciação e amortização | **(55)** | (55) |
| | **(1.185)** | (55) |
| **Resultado da atividade** | **36.378** | (55) |

# 20 Resultado financeiro

| | 2020 | 2019 |
|---|---|---|
| **Despesas financeiras** | | |
| Multas e mora | **(18)** | (309) |
| Outras despesas financeiras | **(2.213)** | (15.715) |
| | **(2.231)** | (16.024) |
| Resultado financeiro | **(2.231)** | (16.024) |

# 21 Conciliação do balanço patrimonial e demonstrações de resultados regulatórios e societários

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações contabeis regulatórias , sendo que para fins regulatórios, a mesma seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

| | | 31/12/2020 | | | 31/12/2019 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Notas | Regulatório | Ajustes | Societário | Regulatório | Ajustes | Societário |
| | | | | | | | (Reapresentação) |
| **Ativos** | | | | | | | |
| Circulante | | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | | **13** | **-** | **13** | 38 | - | 38 |
| Investimentos temporários | | **18.807** | **-** | **18.807** | 61.590 | - | 61.590 |
| Concessionárias e permissionárias | | **25.089** | **-** | **25.089** | - | - | - |
| Tributos compensáveis | | **323** | **-** | **323** | 85 | - | 85 |
| Ativos de contratos | **20.2** | **-** | **(101.683)** | **101.683** | - | (96.388) | 96.388 |
| Adiantamento a fornecedores | **20.1** | **-** | **(8.120)** | **8.120** | - | (73.305) | 73.305 |
| Outros ativos circulantes | | **1.664** | **-** | **1.664** | 125 | - | 125 |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Total do ativo circulante** | | **45.896** | **(109.803)** | **155.699** | 61.838 | (169.693) | 231.531 |
| Não circulante | | | | | | | |
| Tributos compensáveis | | **947** | **-** | **947** | 877 | - | 877 |
| Depósitos judiciais | | **-** | **-** | | 6.140 | - | 6.140 |
| Despesas pagas antecipadamente | | **263** | **-** | **263** | 381 | - | 381 |
| Ativo de contratos | **20.2** | **-** | **(1.896.108)** | **1.896.108** | - | (1.317.986) | 1.317.986 |
| Imobilizado | **20.3** | **1.099.570** | **1.099.570** | **-** | 894.373 | 894.373 | - |
| Intangível | **20.5** | **16.615** | **15.179** | **1.436** | 9.809 | 8.318 | 1.491 |
| **Total do ativo não circulante** | | **1.117.395** | **(781.359)** | **1.898.754** | 911.580 | (415.295) | 1.326.875 |
| **Total do ativo** | | **1.163.291** | **(891.162)** | **2.054.453** | 973.418 | (584.988) | 1.558.406 |

| | | **31/12/2020** | | | **31/12/2019** | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **Notas** | **Regulatório** | **Ajustes** | **Societário** | **Regulatório** | **Ajustes** | **Societário** |
| | | | | | | | **(Reapresentação)** |
| **Passivo** | | | | | | | |
| Circulante | | | | | | | |
| Fornecedores | | **20.725** | **-** | **20.725** | 56.058 | - | 56.058 |
| Tributos a recolher | | **2.742** | **-** | **2.742** | 3.038 | - | 3.038 |
| Dividendos declarados | | **1.893** | **-** | **1.893** | - | - | - |
| Encargos setoriais | | **351** | **-** | **351** | - | - | - |
| Outros passivos circulantes | | **1.652** | **-** | **1.652** | 1.216 | - | 1.216 |
| **Total do passivo circulante** | | **27.363** | **-** | **27.363** | 60.312 | - | 60.312 |
| Não circulante | | | | | | | |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | | **910.365** | **-** | **910.365** | 719.797 | - | 719.797 |
| PIS/COFINS diferidos | **20.6** | **-** | **(187.699)** | **187.699** | - | (130.830) | 130.830 |
| Imposto de renda e contribuições social diferidos | **20.6** | **94** | **(244.994)** | **245.088** | 94 | (160.806) | 160.900 |
| **Total do passivo não circulante** | | **910.459** | **(432.693)** | **1.343.152** | 719.891 | (291.636) | 1.011.527 |
| **Total do passivo** | | **937.822** | **(432.693)** | **1.370.515** | 780.203 | (291.636) | 1.071.839 |
| **Patrimônio líquido** | **20.8** | | | | | | |
| Capital social | | **209.694** | **-** | **209.694** | 209.694 | - | 209.694 |
| Reservas de lucro (prejuízos acumulados) | | **(6.881)** | **(481.125)** | **474.244** | (16.479) | (293.352) | 276.873 |
| Propostapara distrbuição de dividendos adicionais | | **22.656** | **22.656** | - | - | - | - |
| **Total do patrimônio líquido** | | **225.469** | **(458.469)** | **683.938** | 193.215 | (293.352) | 486.567 |
| **Total do passivo e patrimônio líquido** | | **1.163.291** | **(891.162)** | **2.054.453** | 973.418 | (584.988) | 1.558.406 |

| | | 31/12/2020 | | | 31/12/2019 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **Notas** | **Regulatório** | **Ajustes** | **Societário** | **Regulatório** | **Ajustes** | **Societário** |
| Operações em continuidade | | | | | | | |
| Receita / Ingresso | | **39.087** | **(583.418)** | **622.505** | - | (1.260.821) | 1.260.821 |
| Fornecimento de energia elétrica | **20.7** | **37.854** | **37.854** | **-** | - | - | - |
| Receita de remuneração de ativos de contratos | | **-** | **(240.281)** | **240.281** | - | (93.873) | 93.873 |
| Receita de construção | | **-** | **(495.837)** | **495.837** | - | (1.164.781) | 1.164.781 |
| Ativo de contratos - Ganho de realização | | **-** | **114.846** | **(114.846)** | - | (2.167) | 2.167 |
| Outras receitas | | **1.233** | **-** | **1.233** | - | - | - |
| Tributos | **20.7** | **(1.173)** | **56.869** | **(58.042)** | - | 116.626 | (116.626) |
| PIS-PASEP | | **(209)** | **10.145** | **(10.354)** | - | 20.804 | (20.804) |
| Cofins | | **(964)** | **46.724** | **(47.688)** | - | 95.822 | (95.822) |
| Encargos – Parcela “A” | | **(351)** | **-** | **(351)** | - | - | - |
| Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) | | **(351)** | **-** | **(351)** | - | - | - |
| Receita líquida / Ingresso líquido | | **37.563** | **(526.549)** | **564.112** | - | (1.144.195) | 1.144.195 |
| Custos não gerenciáveis - Parcela "A" | | **-** | **277.243** | **(277.243)** | - | 739.767 | (739.767) |
| Custo de construção | **20.7** | **-** | **277.243** | **(277.243)** | - | 739.767 | (739.767) |
| Resultado antes dos custos gerenciáveis | | **37.563** | **(249.306)** | **286.869** | - | (404.428) | 404.428 |
| Custos gerenciáveis - Parcela "B" | | **(1.185)** | **-** | **(1.185)** | (55) | - | (55) |
| Pessoal e administradores | | **(1.130)** | **-** | **(1.130)** | - | - | - |
| Depreciação e amortização | | **(55)** | **-** | **(55)** | (55) | - | (55) |
| Resultado da Atividade | | **36.378** | **(249.306)** | **285.684** | (55) | (404.428) | 404.373 |
| Resultado Financeiro | | **(2.231)** | **-** | **(2.231)** | (16.024) | - | (16.024) |
| Despesas financeiras | | **(2.231)** | **-** | **(2.231)** | (16.024) | - | (16.024) |
| Resultado antes dos impostos sobre o lucro | | **34.147** | **(249.306)** | **283.453** | (16.079) | (404.428) | 388.349 |
| Despesa com impostos sobre o lucro | **20.9** | **-** | **84.188** | **-84.188** | - | 144.248 | (144.248) |
| Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício | **20.9** | **34.147** | **(165.118)** | **199.265** | (16.079) | (260.180) | 244.101 |
| Resultado líquido do exercício | | **34.147** | **(165.118)** | **199.265** | (16.079) | (260.180) | 244.101 |
| Lucro por ação | | | | | | | |
| básico - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias | | **0,1602** | **-** | **0,9346** | (0,0754) | - | 1,1449 |
| diluído - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias | | **0,1602** | **-** | **0,9346** | (0,0754) | - | 1,1449 |

## 21.1 Adiantamento a fornecedores

Os ajustes de adiantamentos a fornecedores é de R$ 8.120 em 31 de dezmebro de 2020 ( R$ 73.305 em 31 de dezembro de 2019) Os adiantamentos a fornecedores são efetuados para a construção da linha de transmissão, na contabilidade regulatória os mesmos são classificados no imobilizado em curso. Já na contabilidade societária, os adiantamentos ficam em uma linha separada destacada no balanço, pois estes irão compor o ativo de contrato como os demais imobilizados, mas para o melhor controle, isso só ocorre a medida que os adiantamentos são baixados, gerado essa diferença entre os balanços.

## 21.2 Efeito de contabilização de contrato de concessão – Ativo de contrato

O ajuste de R$ 1.997.791 (R$ 1.414.374 em 31 de dezembro de 2019), identificado entre o ativo contratual regulatório e o societário, é decorrente da aplicação da legislação societária.

De acordo com a legislação regulatória, o ativo contratual (infraestrutura em construção) é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 – Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01 (R1) – Contratos da Concessão, devem ser classificados como ativo contratual (infraestrutura em construção) pois a Companhia terá o direito de (i) cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou (ii) receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a transferência dos bens em construção (ativo contratual) para intangível da concessão.

O ativo contratual (infraestrutura em construção) é reconhecido inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção, o qual inclui custos de empréstimos capitalizados.

## 21.3 Imobilizado

O ajuste de R$ 1.099.570 em 31 de dezembro de 2020 (R$ 894.373 em 31 de dezembro de 2019),  identificado entre o ativo imobilizado regulatório e os ativos de contrato e intangível societários, é decorre da aplicação da legislação societária. Considerando que para fins regulatórios adota-se o ICPC01 (R1) além da estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados no ativo imobilizado garantindo que não seja afetado pelo CPC47.

## 21.4 Depreciação

Em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os gastos relacionados as concessões eram capitalizados no ativo imobilizado e passariam a ser depreciados, de acordo a taxa de depreciação determinada pelo órgão regulador. A Companhia aplicou os critérios das interpretações técnicas ICPC01 – (R1) e OCPC05 a partir do início da concessão. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

## 21.5 Intangível

O ajuste de R$ 15.179 em 31 de dezembro de 2020 (R$ 8.318 em 31 de dezembro de 2019), identificado entre o ativo intangível regulatório e o societário, é decorrente da aplicação da legislação societária, onde o ativo financeiro intangível operacional é reconhecido como ativo financeiro amortizados e indenizáveis de acordo com as determinações do CPC47.

De acordo com a legislação regulatória são considerados como intangíveis: (i) os direitos de uso de software que são licenças de direito de propriedade intelectual, constituídos por gastos realizados com a aquisição das licenças e demais gastos com serviços complementares à utilização produtiva de softwares, desvinculados de equipamentos tangíveis (hardware), e são amortizados linearmente, de acordo com a vida útil estimada do software e (ii) faixas de servidão são direitos de passagem para linhas de transmissão associadas à distribuição na área de concessão da Companhia, e em áreas urbanas e rurais particulares, constituídos por indenização em favor do proprietário do imóvel.

### 21.5.1 Amortização

Em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os gastos relacionados as concessões eram capitalizados no ativo intangível e passariam a ser amortizados, de acordo a taxa de depreciação determinada pelo órgão regulador. A Companhia aplicou os critérios das interpretações técnicas ICPC01 – (R1) e OCPC05 a partir do início da concessão.

## 21.6 Tributos diferidos

O ajuste de R$ 432.693 em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019 o ajuste foi de R$ 291.636, identificado entre o tributos diferido regulatório e o societário, é decorrente dos imposto de PIS/COFINS, sendo desse ajuste o valor de R$ 8.938 referente à IRPJ e CSLL diferido de exercício anterior, sobre a receita e custo de construção, onde todos os efeitos são referentes a aplicação do CPC47, eliminados nas demonstrações regulatórias.

(i) O diferimento do PIS e da COFINS é relativo à 9,25% da receita de construção. A liquidação desta obrigação diferida ocorrerá à medida que a Companhia receber as contraprestações determinadas no contrato de concessão.

## 21.7 Receitas e despesas do resultado do exercício

Todas as diferenças apresentadas no resultado do exercício, são geradas em função da Companhia adotar na demonstração regulatória o ICPC 01 (R1) - Contratos da Concessão,e com isso, eliminar todos os efeitos provenientes do CPC 47 - Receita de contrato com cliente, que incluí receitas, custo de contrução e imposto diferidos.

## 21.8 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

| | 2020 | 2019 |
|---|---|---|
| Saldos conforme contabilidade societária | **683.938** | 486.567 |
| **Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória** | **(458.469)** | (293.352) |
| Diferenças regulatórias de exercícios anteriores | **(14.824)** | (14.824) |
| Efeito no resultado de exercícios anteriores | **(278.527)** | (18.348) |
| Efeito do Lucro entre societária e regulatória (a) | **(165.118)** | (260.180) |
| **Saldos conforme contabilidade regulatória** | **225.469** | 193.215 |

(a) Efeito dos ajustes no lucro decorrente das diferenças entre práticas contábeis regulatórias e societárias, conforme descrito na nota 20.9.

## 21.9 Conciliação do resultado societário e regulatório

| | 2020 | 2019 |
|---|---|---|
| Saldos conforme contabilidade societária | **199.265** | 244.101 |
| **Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória** | **(165.118)** | (260.180) |
| Receita de construção (b) | **(495.837)** | (1.164.781) |
| Custo de construção (b) | **277.243** | 739.767 |
| Tributos sobre receita e custo da construção | **56.869** | 116.626 |
| Atualização de ativos de contratos | **(240.281)** | (93.873) |
| Ganho (perda) de realização de ativo de contrato | **114.846** | (2.167) |
| Receita de transmissão de energia elétrica | **37.854** | - |
| Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis (e) | **84.188** | 144.248 |
| **Prejuízo do exercício - Regulatório** | **34.147** | (16.079) |

(b) A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais, conforme descrito na 20.7.

# 22 Instrumentos financeiros

## 22.1 Considerações gerais

A Companhia efetuou análise dos instrumentos financeiros, que incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, valores a receber (devolver) de parcela A e outros itens financeiros, ativos financeiros da concessão, fornecedores, empréstimos e financiamentos e AICs ressarcíveis, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A Administração desses instrumentos financeiros é por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos, proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros constituídos em seus contratos de financiamento (*covenants*), sendo dívida líquida sobre LAJIDA (Lucro Antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização).

A Companhia poderá utilizar-se de operações com derivativos apenas para conferir proteção às oscilações de indexadores macroeconômicos e conferir proteção às oscilações de cotações de moedas estrangeiras. Estas operações não são realizadas em caráter especulativo. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Companhia não possuía operações de instrumentos financeiros derivativos contratados.

## 22.2 Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de

troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

### Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível.

Os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e 2019 estão identificados conforme a seguir:

| | | 2020 | | 2019 | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Ativo** | **Categoria dos instrumentos financeiros** | **Contábil** | **Mercado** | **Contábil** | **Mercado** |
| Caixa e equivalentes de caixa | Custo amortizado | **13** | **13** | 38 | 38 |
| Investimentos temporários | Valor justo por meio do resultado | **18.807** | **18.807** | 61.590 | 61.590 |
| Concessionarias e permissionarias | Valor justo por meio do resultado | **25.089** | **25.089** | - | - |
| **Total do ativo** | | **43.909** | **43.909** | 61.628 | 61.628 |

| | | 2020 | | 2019 | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Passivo** | **Categoria dos instrumentos financeiros** | **Contábil** | **Mercado** | **Contábil** | **Mercado** |
| Fornecedor | Custo amortizado | **20.725** | **20.725** | 56.058 | 56.058 |
| Empréstimos e financiamentos | Custo amortizado | **910.365** | **912.584** | 719.797 | 719.797 |
| **Total do passivo** | | **931.090** | **933.309** | 775.855 | 775.855 |

- **Caixa e equivalente de caixa** - são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos seus valores originais;

- **Investimentos temporários-** são classificados como de valor justo por meio do resultado. A hierarquia de valor justo dos investimentos de curto prazo é nível 2, pois em sua maioria, são aplicados em fundos exclusivos onde os vencimentos limitam-se dozes meses, assim a Administração entende que seu valor justo já está refletido no valor contábil. Os fatores relevantes para avaliação ao valor justo são publicamente observáveis tais como CDI;

- **Concessionárias e permissionárias–** decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado, e estão registrados pelos seus valores originais sujeitos a provisão para perdas e ajustes a valor presente, quando aplicável;

- **Fornecedores** - decorrem diretamente da operação da Companhia e são classificados como custo amortizado;

- **Empréstimos, financiamentos e debêntures** - têm o propósito de gerar recursos para financiar os programas de investimentos da Companhia e eventualmente gerenciar necessidades de curto prazo; são classificadas como custo amortizado e estão contabilizados pelos seus valores amortizados; e Em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os gastos

relacionados as concessões eram capitalizados no ativo imobilizado e passariam a ser depreciados, de acordo a taxa de depreciação determinada pelo órgão regulador. A Companhia aplicou os critérios das interpretações técnicas ICPC01 – (R1) e OCPC05 a partir do início da concessão. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

## 22.3 Gerenciamento dos riscos financeiros

O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. Os riscos descritos a seguir são uma compilação dos riscos apontados pelas diversas áreas da Companhia, em suas áreas de especialidades. A Administração da Companhia define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia a que pertence são estabelecidos para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

O Comitê de Auditoria da Controladora Equatorial Energia S.A., supervisiona a forma como a Administração monitora a aderência aos procedimentos de gerenciamento de risco da Companhia, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais a Companhia está exposta. O Comitê de Auditoria da Controladora Equatorial Energia é auxiliado pelo time de auditoria interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e esporádicas nos procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado é reportado para o Comitê de Auditoria da Controladora Equatorial Energia S.A.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não houve mudança nas políticas de gerenciamento de risco da Companhia em relação ao exercício anterior, findo em 31 de dezembro de 2019.

### (a) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia em incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia.

**(i) Caixa e equivalente de caixa**

O caixa e equivalentes de caixa são mantidos em bancos e instituições financeiras que possuem rating entre AA- e AA+, baseado nas agências de rating Fitch Ratings e Standard & Poors. A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes. Quando da aplicação inicial do CPC 48/IFRS 9 – Instrumentos financeiros, a Companhia julgou não ser necessário a constituição de provisão.

**(ii) Investimentos temporários**

As investimentos temporáriossão mantidas em bancos e instituições financeiras que possuem rating entre AA- e AA+, baseado nas agências de rating Fitch Ratings e Standard & Poors..

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI. A Companhia não realiza operações que incorporem risco de volatilidade em suas demonstrações contabeis regulatórias .

**(iii) Concessionarias e permissionarias**

O Contas a receber da Companhia decorre de operações com empresas que utilizam sua infraestrutura por meio da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST). Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários da transmissão de alguns valores específicos: (i) a RAP de todas as transmissoras; (ii) os serviços prestados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS); e (iii) os encargos regulatórios. Essa tarifa é reajustada anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das RAP das transmissoras e deve ser paga pelos usuários do sistema, pelas geradoras e importadores (que colocam energia no sistema), pelas distribuidoras, pelos consumidores livres e exportadores (que retiram energia do sistema). Portanto, o poder concedente delegou aos usuários representados por agentes de geração, distribuição, consumidores livres, exportadores e importadores o pagamento pela prestação do serviço público de transmissão. A RAP é faturada e recebida diretamente desses agentes.

Na atividade de transmissão, a receita prevista no contrato de concessão (RAP) é realizada (recebida/auferida) pela disponibilização das instalações do sistema de transmissão e não depende da utilização da infraestrutura (transporte de energia) pelos geradores, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores. Portanto, não existe risco de demanda.

De acordo com o entendimento do mercado e dos reguladores, o arcabouço regulatório de transmissão brasileiro foi planejado para ser adimplente, garantir a saúde financeira e evitar risco de crédito do sistema de transmissão. Os usuários do sistema de transmissão são obrigados a fornecer garantias financeiras administradas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) para evitar risco de inadimplência.

**(b) Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. Para determinar a capacidade

financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos e debêntures captados pela Companhia são apresentadas nas notas explicativas n° 11 e 12 (empréstimos e financiamentos e debêntures, respectivamente).

A Companhia tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial e do mercado financeiro, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

A gestão dos investimentos financeiros tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos. A geração de caixa da Companhia e sua pouca volatilidade nos recebimentos e obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, prestam à Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo o seu risco de liquidez.

A seguir, estão os vencimentos de passivos financeiros na data das demonstrações contabeis regulatórias :

| | Valor contábil * | Total | 2 meses ou menos | 2-12 meses | 1-2 anos | 2-5 anos | Mais que 5 anos |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Passivos financeiros não derivativos** | | | | | | | |
| Empréstimos bancários com garantia | 910.365 | 2.205.353 | - | - | 40.332 | 310.587 | 1.854.434 |
| Fornecedores | 20.725 | 20.725 | 20.725 | - | - | - | - |
| Total | 931.090 | 2.226.078 | 20.725 | - | 40.332 | 310.587 | 1.854.434 |

Os fluxos de saídas, divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros mantidos para fins de gerenciamento de risco e que normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual.

Adicionalmente, conforme divulgado na nota explicativa n° 12, a Companhia possui operações financeiras com cláusulas contratuais restritivas (covenants). O não cumprimento futuro desta cláusula contratual restritiva pode exigir que a Companhia liquide a dívida antes da data prevista. Estas cláusulas contratuais restritivas são monitoradas regularmente pela Diretoria Financeira e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido. Não gerando qualquer expectativa futura de que as condições acordadas não sejam cumpridas pela Companhia.

**(c) Risco de taxa de juros**

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta das variações das taxas de juros da economia, que afetam os empréstimos e financiamentos e as aplicações financeiras. A Companhia monitora continuamente as variações dos indexadores com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. A seguir são demonstrados os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no endividamento em moeda nacional da Companhia.

A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia foi demonstrada em cinco cenários. O método de avaliação dessa análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2020 não foi alterado com relação ao que foi utilizado no exercício anterior.

A seguir é apresentado, em conformidade com a Instrução nº 475 da CVM, um cenário com a taxa projetada para 12 meses (Cenário Provável) mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) dos indexadores.

Foram incluídos, ainda, mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a redução de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V) desses indexadores.

| | | | Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros em 31/12/2020 | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Saldo em R$ (exposição) | Cenário Provável | Cenário II +25% | Cenário III +50% | Cenário IV -25% | Cenário V -50% |
| **Ativos / Passivos Financeiros** | | | | | | | |
| Investimentos temporários | CDI | 18.807 | 19.339 | 19.472 | 19.605 | 19.206 | 19.073 |
| Impacto no resultado | | | 532 | 133 | 266 | (133) | (266) |
| Empréstimos e financiamentos | IPCA | (912.584) | (953.559) | (963.803) | (974.046) | (943.315) | (933.072) |
| Impacto no resultado | | | (40.975) | (10.244) | (20.487) | 10.244 | 20.487 |
| **Efeito líquido no resultado** | | | (40.443) | (10.111) | (20.221) | 10.111 | 20.221 |

| Referência para ativos e passivos financeiros | Taxa projetada | Taxa em 31/12/2020 | +25% | +50% | -25% | -50% |
|---|---|---|---|---|---|---|
| CDI (% 12 meses) | 2,83 | 2,76 | 3,54 | 4,25 | 2,12 | 1,42 |
| IPCA (% 12 meses) | 4,49 | 4,52 | 5,61 | 6,74 | 3,37 | 2,25 |

***Fonte: B3 e Santander***

### (d) Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento

Os processos de revisão e reajuste tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. O valor da Receita Anual Permitida – RAP será reajustado anualmente, no mês de julho de cada ano, nos termos da regulamentação vigente. A ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data da assinatura do Contrato de Concessão, observando-se os parâmetros regulatórios fixados no respectivo contrato e a regulamentação específica.

Havendo alteração unilateral das condições ora pactuadas, que afete o equilíbrio econômico-financeiro da Concessão, devidamente comprovado pela Transmissora, a ANEEL adotará as medidas necessárias ao seu restabelecimento, com efeitos a partir da data da alteração.

### (e) Riscos regulatórios e operacionais

Os riscos regulatórios e operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da empresa ou de fatores externos.

Risco de interrupção do serviço: em caso de interrupção do serviço ou indisponibilidade do equipamento, as transmissoras estarão sujeitas à redução de suas receitas por meio da aplicação Parcela Variável, prevista na REN nº 729/2016, dependendo do tipo de desligamento, do tipo de equipamento e duração da indisponibilidade dos serviços.

Risco de construção e desenvolvimento da infraestrutura: caso a transmissora expanda os seus negócios por meio da construção de novas instalações de transmissão poderá incorrer em riscos

inerentes a atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidade.

Risco regulatório: caso as transmissoras não cumpram com as obrigações contidas nas cláusulas do contrato de concessão e nas Resoluções editadas pela a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL estará sujeita a aplicação de penalidades, dependendo do tipo de infração, e do regramento descumprido, conforme determinado pela REN nº 846/2019 que, a depender do cometimento da infração, a multa poderá alcançar até 2% do faturamento da empresa.

**(f) Riscos ambientais**

A política nacional do meio ambiente determina que o funcionamento regular das atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental. A Companhia, em consonância com as determinações legais vigentes, busca o atendimento na íntegra, a todos os comandos necessários à perfeita execução do objeto de sua concessão, por meio da obtenção de todas as licenças ambientais necessárias para a condução das atividades de instalação, operação e manutenção da linha de transmissão.

**(g) Gestão do capital**

A política da Administração da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e do mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e também o nível de dividendos para os acionistas.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de alavancagem e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável, estabelecendo e acompanhando as diretrizes dos níveis de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazo dos financiamentos contratados.

A Companhia entende que estruturou as fontes de financiamento necessárias para a implantação do projeto, dentre elas o capital próprio e as linhas de financiamento de longo prazo, debêntures e o financiamento com recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia repassados pelo Banco do Brasil.

# 23 Demonstração dos fluxos de caixa

## 23.1 Transações que não afetam caixa

O CPC 03 (R2) – Demonstrações de Fluxo de Caixa, em sua revisão, trouxe que as transações que não envolvem o uso de caixa ou equivalente de caixa devem ser excluídas das demonstrações de fluxo de caixa e apresentadas separadamente em nota explicativa.

Todas as demonstrações que não envolveram o uso de caixa ou equivalente de caixa, ou seja, que não estão demonstradas nas demonstrações de fluxo de caixa, estão demonstradas na tabela abaixo:

| | Efeito não caixa |
|---|---|
| **Atividades de investimento** | |
| Rendimento de investimentos temporários | 483 |
| | **483** |
| **Atividades de financiamento** | |
| Encargos e variação monetária de empréstimos, financiamentos (a) | (76.375) |
| | **(76.375)** |
| **Total** | **(75.892)** |

**(a)** Referem-se aos encargos dos empréstimos e financiamentos, realizados para subsidiar as construções da Companhia aos quais compõe o custo de construção.

## 23.2 Mudanças nos passivos de atividades de financiamento

| | 31/12/2019 | Fluxos de caixa de atividades de financiamento | Outros (*) | 31/12/2020 |
|---|---|---|---|---|
| Empréstimos e financiamentos | 719.797 | **114.193** | **76.375** | **910.365** |
| Dividendos a pagar | - | **-** | **1.893** | **1.893** |
| | 719.797 | **114.193** | **78.268** | **912.258** |

(*) As movimentações incluídas na coluna de "Outros" incluem os efeitos das apropriações de encargos de dívidas, juros e variações monetárias líquidas, capitalização de juros e o reconhecimento de dividendos a pagar ainda não pagos no fim do exercício.

# 24 Seguros

A Companhia tem a política de manter cobertura de seguros em montante adequado para cobrir possíveis riscos com sinistros, segundo a avaliação da Administração.

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia está demonstrado a seguir:

| Risco | Vencimento das apólices | Importância segurada |
|---|---|---|
| Automóvel | 30/04/2021 | (a) |
| Seguro Garantia de Fiel Cumprimento/Construção | 06/11/2022 | 47.310 |
| Riscos operacionais | 30/04/2021 | 34.445 |
| Responsabilidade civil geral- operações | 30/04/2021 | 50.000 |

(a) Conforme apólice, referente a 1 veículo próprio, seguro de terceiros.

# 25 Eventos subsequentes

**Distribuição de dividendos adicionais**

Em 31 de março de 2021, conforme a ata de Reunião do Conselho de Administração, houve a aprovação de dividendos adicionais de R$ 22.656.

## Conselho de Administração

Augusto Miranda da Paz Júnior

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima

Humberto Luís Queiroz Nogueira

Sérvio Túlio dos Santos

Humberto Soares Filho

Firmino Ferreira Sampaio Neto

Carla Ferreira Medrado

## Diretoria Executiva

Augusto Miranda da Paz Júnior
Diretor Presidente

Eduardo Haiama
Diretor de Relações com os Investidores

Ailton Costa Ferreira
Diretor

Joseph Zwecker Junior
Diretor

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
Diretor

Waldênio Pereira de Oliveira
Diretor

Geovane Ximenes de Lira
Gerente de Contabilidade e Tributos
Contador
CRC PE 012996-O-3 S-MA

DocuSign Envelope ID: 50E4531C-0622-4550-A0F9-B0BAF45CA9DE

# TERMO DE RESPONSABILIDADE

Pelo presente Termo de Responsabilidade, declaramos sob as penas prevista em Lei, a veracidade das informações apresentadas à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, expressando o compromisso de observância e cumprimento das normas, procedimentos e exigências estabelecidos pela legislação do setor elétrico, bem como da ciência das penalidades às quais ficaremos sujeitos. Estamos cientes de que a falsidade das informações, bem como o descumprimento do compromisso ora assumido, além de obrigar a devolução de importâncias recebidas indevidamente, quando for o caso, sujeita a Outorgada às penalidades de multa do Grupo IV, inciso X, da Resolução Normativa nº 63, de 12 de maio de 2004, bem como os signatários, às previstas nos artigos 171 e 299, ambos do Código Penal.

Brasília, 29 de abril de 2021

Outorgada: **Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.**
**CNPJ:** 26.845.393/0001-28

Joseph Zwecker Junior
Presidente
CPF: 279.145.265-68

Leonardo da Silva Lucas T. de Lima
Diretor Financeiro
CPF: 023.737.554-08

Geovane Ximenes de Lira
Contador
CRC: PE-012996-O-S-MA
CPF: 380.947.544-00

***RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 63, DE 12 DE MAIO DE 2004***

*Art. 7º - Constitui infração, sujeita à imposição da penalidade de multa do Grupo IV:*
*(...)*
*X - fornecer informação falsa a ANEEL;*

***CÓDIGO PENAL***

*Art. 171 – Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento.*
*Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar, obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante.*